

# Geografia dos Conflitos e Violência no Campo:

os Dados dos Governos do Partido dos Trabalhadores

Mirian Claudia Lourenção Simonetti

Adriane Camargo

**Como citar:** SIMONETTI, M. C. L.; CAMARGO, A. Geografia dos Conflitos e Violência no Campo: os Dados dos Governos do Partido dos Trabalhadores. *In* : SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.97-121. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-714-2.p97-121>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# GEOGRAFIA DOS CONFLITOS E VIOLÊNCIA NO CAMPO: OS DADOS DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

*Mirian Claudia Lourenção Simonetti*

*Adriane Camargo*

Este texto trata da Geografia dos conflitos e violência no campo brasileiro e baseia-se nos dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) referente ao período entre 2003 e 2014. Esse período corresponde aos últimos 12 anos que abrange os três governos do Partido dos Trabalhadores. Também situamos nossa análise cotejando-a com os números dos últimos 30 anos registrados pela CPT<sup>1</sup>. Esses números indicam que a política de incentivos ao agronegócio realizada pelos governos do Partido dos Trabalhadores, ao apoiar as monoculturas para exportação em detrimento da reforma agrária, ou da agricultura familiar, levou à ampliação dos conflitos que envolvem as populações originárias e tradicionais – indígenas, quilombolas, e demais camponeses.

Nossa investigação partilha a visão de alguns autores, como Thompson (1981), Porto-Gonçalves (2003), Ramos (2003), Fernandes (2008) e Simonetti (2009), de que o conflito social é parte das relações sociais e de poder e nos oferece a possibilidade empírica de abordar as contradições sociais. Segundo Ramos (2003), o conflito

---

<sup>1</sup> Desde 1985, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem coletando dados sobre as lutas sociais e de poder no campo brasileiro. Trata-se da maior cobertura de dados sobre a violência no campo que, pelo rigor com que são recolhidos, oferecem uma fonte inigualável para estudos sobre a evolução das lutas sociais no campo brasileiro.

[...] é a manifestação concreta dos antagonismos de grupos e classes e por meio dele se evidencia a experiência concreta de construção de sujeitos sociais, onde se configuram a construção de identidades coletivas, de motivações e interesses compartilhados, estratégias de luta, assim como formas de organização e manifestação. O conflito evidencia, assim, a formação das classes e grupos sociais e coloca em relevo o protagonismo social e dessa forma permite a identificação empírica da classe concreta e não da classe teórica [...]. A classe social deixa de ser vista, aqui, como algo dado e passa a ser vista como formação (RAMOS, 2003).

Segundo Porto-Gonçalves (2013),

O conflito é um conceito importante, pois aponta para uma dimensão imanente às relações sociais e de poder. Indica que sobre um mesmo tema, um mesmo objeto, diferentes indivíduos/grupos/classes/sujeitos sociais têm visões/práticas distintas. O conflito é a contradição social em estado prático. Tomá-lo como conceito central para a análise dos processos sócio-geográficos é fundamental, ainda mais quando se trata de conflitos pela terra/água, necessários para a produção/reprodução da vida. A luta pela terra/água mais que uma questão de economia, é fundamental para a democracia, pois diz respeito a relações de poder através do controle da terra/água (PORTO-GONÇALVES, 2013).

A Geografia dos conflitos agrários e da violência no Brasil nos permite compreender, em cada momento histórico, a complexidade e diversidade dos sujeitos sociais envolvidos com a luta pela terra. Os dados registrados pela CPT ao longo dos últimos 30 anos mostram o caráter extremamente conflituoso e violento do modelo agrário-agrícola vigente no país. Nele é possível verificar que os conflitos pela posse e propriedade da terra estão marcados pelas mais variadas formas de violência. Os dados indicam que a violência tem, sobretudo, duas faces mais evidentes: uma relativa à expropriação, na qual a violência baseia-se em assassinatos, expulsão das famílias das terras, o que demonstra uma ação sistemática contra as formas de luta pela terra; a outra se refere diretamente à exploração do trabalho, seja porque os trabalhadores não recebem os direitos trabalhistas a que têm direito, seja porque são explorados em condições análogas às encontradas em formas de trabalho escravo (SIMONETTI, 2009).

O quadro mais recente de conflitos fundiários e violência se inscreve num processo iniciado nas últimas décadas, no qual se verifica uma

intensa transformação da agricultura brasileira, marcada pela modernização tecnológica, pela generalização da agroindústria e pela monocultura de exportação. Conduzidas pelos governos militares, essas mudanças se fundamentaram, grosso modo, em duas orientações: de um lado, favorecer a modernização do latifúndio e, de outro, implementar a constituição de grandes e médias empresas agrícolas.

[...] foi somente na década de 1970 que houve uma intensificação do consumo industrial pela agricultura, [...] a par de um movimento paralelo e integrado de implantação no país do subsetor industrial produtor de insumos e bens de capital para a agricultura. Por outro lado, o processo de integração técnica agricultura-indústria foi ainda fortemente impulsionado pela modernização da indústria processadora de produtos rurais, a qual em interação com o setor produtivo agrícola, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio constituem verdadeiros complexos ou “sistemas agroindustriais” interligados (DELGADO, 2012, p. 16).

Desse modo, verifica-se nesse período a conformação de um “complexo agroindustrial” brasileiro por meio da instituição simultânea de políticas econômicas modernizantes para campo e de estímulo à constituição de empresas agrícolas, territorialmente concentradas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Esses “sistemas agroindustriais” constituem uma face moderna da agricultura, sendo eles diversificados e ligados ao comércio internacional de insumos e produtos agroindustriais. Essa agricultura, baseada nos “sistemas agroindustriais”, que configura a agricultura brasileira internacionalizada e de orientação externa.

O modelo [da agricultura industrial] é significativo porque exigia continuamente insumos externos ofertados através do mercado, quer fossem insumos tecnológicos, como o petróleo, fertilizantes inorgânicos, sementes híbridas, maquinaria, pesticidas, etc., ou produtos agrícolas específicos como rações de milho e soja para alimentar o novo subsetor intensivo de carne, por exemplo. Em uma escala nacional, o modelo era um veículo para uma integração da indústria e da agricultura [...]. Em escala transnacional, as grandes empresas do agronegócio coordenaram as trocas desses insumos através das fronteiras nacionais. [...] O complexo agroindustrial foi, assim, simultaneamente organizado nacionalmente e abastecido internacionalmente (MCMICHAEL, 1997, p. 636)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “The model [of industrial agriculture] is significant because it required continual external inputs provided through the market, whether technological inputs such as oil, inorganic fertilizers, hybrid seeds, machinery, pesticides, etc., or speciality agricultural outputs such as corn and soy feeds for the new intensive meat sub-sector, for example. On a national scale, the model was a vehicle for a integration of industry and agriculture

Tal processo de internacionalização da agricultura remonta à crise agrícola das décadas de 1970 e 1980, em que um contorno político de liberalização internacional das produções agrícolas nacionais foi beneficiado pelo ideal da “Revolução Verde”<sup>3</sup>. Nesse período, visando assegurar novas fatias do mercado internacional de *commodities* em um momento de escassez, tanto no Brasil quanto em diversos outros países agroexportadores (como México e Índia), verificou-se um acelerado processo concomitante de ampliação das áreas destinadas às monoculturas de exportação e de desmantelamento da agricultura camponesa.

A dependência alimentar do Terceiro Mundo tem crescido apesar, e talvez por causa, da revolução verde. A revolução verde representava uma forma de agricultura de substituição de importações, que corresponde ao nacionalismo do movimento de descolonização. No entanto, também introduziu a dinâmica agroindustrial na produção de alimentos no Terceiro Mundo (MCMICHAEL, 1997, p. 639)<sup>4</sup>.

### No Brasil,

perseguuiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados rurais mediante a desoneração dos riscos industriais do processo produtivo privado (risco de produção e preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de créditos na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro de crédito à produção (DELGADO, 2012, p.13).

---

[...]. On the transnational scale, large agribusiness firms coordinated exchanges of these inputs across national boundaries [...]. The agro-industrial complex thus was simultaneously nationally organized and internationally sourced” (MCMICHAEL, 2008, p. 636, tradução nossa).

<sup>3</sup> O modelo da Revolução Verde fundamenta-se na modernização da agricultura através do uso em larga escala de sementes geneticamente modificadas, insumos industriais e na mecanização da lavoura, visando à redução das despesas ligadas ao manejo e, com isso, aumentar a produtividade de modo a sanar o *déficit* entre produção e consumo.

<sup>4</sup> “[...] these transformations in the patterns of rural employment were accompanied by changes in the productive forces, a result of the adoption by employers of low-cost subsidized technical, mechanized and chemical. [...] In other words, capitalist production in Brazilian agriculture became increasingly fragmented into tasks that still required manual labour, and those in which it was no longer employed. The effects on agricultural labour of this transformed combination of production forces and social relations of production were profound: the increasing presence of technical/mechanized inputs meant that agrarian capitalists had to exercise greater managerial control over labour-intensive tasks. Rural workers and their families lost not only their limited and conditional access to land, therefore, but also their equally limited capacity to control the rhythm and pace of agricultural tasks. Moreover, as casual labour they faced long periods of seasonal unemployment coupled with migration to distant areas in search of work” (MARTINS, 2003, p. 314-315, tradução nossa).

Assim, a política de incentivos fiscais (desonerações de Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural, principalmente) tornou-se instrumento da política econômica que viabilizou esse processo. Graças ao acesso facilitado aos mecanismos de crédito rural pelo Estado via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), parcelas consideráveis de recursos públicos foram direcionadas para o segmento da agricultura-indústria, conformando um sistema híbrido de política agrícola que vinculava crédito e desoneração dos riscos produtivos.

Logo, além das rendas advindas do monopólio sobre a propriedade, da localização e fertilidade, a terra passou a ser alvo de um intenso processo especulativo, comportando-se como um ativo financeiro ao permitir que o capital imobilizado na agricultura volte à circulação no circuito financeiro, semelhante aos títulos em carteira nas diversas instituições financeiras do país. A partir da década de 1970, o crédito rural, que contou com taxas negativas de juros ou com créditos subsidiados, se direcionou aos grandes produtores do centro-sul do país, sobretudo àqueles que privilegiavam as culturas de produtos exportáveis, tais como soja, açúcar, café, laranja e, mais recentemente, o eucalipto e o etanol. O que ocorre é

[...] uma seleção na clientela que demanda crédito, com a emergência de clientes preferenciais representados por empresários rurais ligados a atividades econômicas integradas com a indústria, comércio exterior, serviços, etc. Esses, constituindo-se num grupo restrito de operadores, contando com massas de lucros apreciáveis a negociar com os bancos, podem eventualmente gozar dos benefícios financeiros da reciprocidade, obtendo taxas diferenciadas de juros, prazos e condições outras que não são acessíveis ao pequeno tomador (DELGADO, 2012, p. 30).

Essa fonte de recursos fomentou a consolidação da “indústria para a agricultura”, produtora de insumos químico-farmacêuticos, de sementes, de máquinas e de equipamentos, destinados à produção agropecuária (SIMONETTI, 2009). Inserida nesse contexto, a agricultura brasileira se desenvolveu de acordo com as políticas econômicas internacionais baseadas na crescente desregulamentação e liberalização das economias nacionais, cujo comércio se conforma a partir de um modelo de integração econômica neoliberal, fundamentado nas trocas comerciais e nos fluxos de investimentos.

No entanto, tal processo modernizante não refletiu a totalidade da produção agrícola brasileira. Expandindo-se para o centro-oeste somente na década de 1980, esse processo concentrou-se inicialmente na região sul e sudeste. As demais áreas produtoras participaram desse processo cumprindo papéis complementares à modernização brasileira, ora como ofertantes de mão-de-obra migrante empregada no processo de urbanização do país (nordeste), ora como novas frentes de apropriação capitalista das terras e de exploração das florestas nativas (região amazônica e cerrado) (DELGADO, 2012).

Na virada do milênio se intensificou o papel das monoculturas, acentuando a dependência do agricultor ao complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado, e, com isso, aumentou a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e de suas famílias como a do país como um todo, visto que a agricultura camponesa é responsável mundialmente pela maior parte da produção de alimentos (PUBLIC CITIZEN, 2003). Um dos efeitos da modernização da agricultura iniciado nos anos 1970 foi acelerar o processo de expropriação dos trabalhadores. Nas grandes agroindústrias, a presença dos trabalhadores permanentes diminuiu e ampliou-se a presença dos temporários, utilizados apenas em determinados momentos do processo de produção.

[...] Essas transformações nos padrões de emprego rural foram acompanhadas por mudanças nas forças produtivas, resultado da adoção por parte dos empregadores de insumos técnicos, mecanizados e químicos subsidiados de baixo custo. [...] Em outras palavras, a produção capitalista na agricultura brasileira tornou-se cada vez mais fragmentada em tarefas que ainda requerem trabalho manual, e aquelas em que ele não é mais utilizado. Os efeitos sobre o trabalho agrícola desta combinação transformada das forças produtivas e das relações sociais de produção foram profundos: a crescente presença de insumos técnicos/ mecanizados significava que capitalistas agrários tiveram que exercer maior controle gerencial sobre tarefas de trabalho intensivo. Trabalhadores rurais e suas famílias perderam não apenas seu acesso limitado e condicional à terra, portanto, mas também a sua capacidade igualmente limitada para controlar o ritmo e o andamento das tarefas agrícolas. Além disso, como trabalho ocasional eles enfrentaram longos períodos de desemprego sazonal juntamente com a migração para áreas distantes em busca de trabalho (MARTINS, 2003, p. 314-315)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> “[The] capacity on the part of Brazilian industry to employ workers expelled from the land lasted only until the coup d’état of the mid-1960s, when the dynamic of accumulation shifted decisively away from labour-intensive process to a capital-intensive one. A crucial result of the technical modernization of Brazilian industry at that conjuncture was a decline in the number of jobs available to rural migrants. [...] Over the last three decades, therefore, rural migrants have become slum dwellers (*favelados*) living at the margins of subsistence in the shantytowns” (MARTINS, 2003, p. 312, grifo do autor, tradução nossa).

A consequência desse processo foi a migração de parte dessa população também para os centros urbanos. No entanto, parte expressiva dessa população migrante não mais possuía o perfil almejado de trabalhadores procurados pela indústria, cujo pré-requisito educacional demandava maior escolaridade e qualificação técnica daqueles que preenchiam as vagas na indústria moderna. Verifica-se, nesse momento, um movimento de migração rural para um espaço que não mais o comporta, movimento esse que soma tal contingente populacional ao processo de favelização que já ocorria nos centros urbanos.

[A] capacidade por parte da indústria brasileira de contratação de trabalhadores expulsos da terra durou apenas até o golpe de Estado de meados dos anos 1960, quando a dinâmica de acumulação mudou decisivamente do processo de trabalho-intensivo para um processo de capital-intensivo. Um resultado crucial da modernização técnica da indústria brasileira na conjuntura foi um declínio no número de postos de trabalho disponíveis para os migrantes rurais. [...] Ao longo das últimas três décadas, portanto, os migrantes rurais se tornaram moradores de favelas (*favelados*) vivendo nas margens de subsistência nas favelas. (MARTINS, 2003, p. 312, grifo do autor)<sup>6</sup>.

A modernização também atingiu o campesinato, cujas famílias se deslocaram para áreas de fronteira, para se reproduzirem como camponeses, ou para os centros urbanos como os demais trabalhadores rurais. Especificamente nas áreas de fronteira, tal parcela da população se fixou em terras sem que possuíssem o título de sua propriedade, ou seja, se estabeleceram como posseiros nessas regiões. No entanto, em virtude do processo de expansão das grandes propriedades, muitas dessas terras se tornaram alvo de disputas.

Pelo fato de os posseiros não possuírem o título da terra que eles ocuparam e cultivaram, suas pequenas propriedades foram frequentemente objeto de disputas de propriedade particularmente com os grandes proprietários de terras ou empresas do agronegócio que procuram ex-

---

<sup>6</sup> “Because squatters lacked title to the land they occupied and cultivated in this manner, their smallholdings were frequently the subject of ownership disputes, particularly with large landlords or agribusiness enterprises seeking to expand their properties by appropriating all peasant family farms in the vicinity” (MARTINS, 2003, p. 311-312, tradução nossa).



pandir as suas propriedades através da apropriação de todas as terras de famílias camponesas nas imediações (MARTINS, 2003, p. 311-312)<sup>7</sup>.

A modernização da agricultura, em que pese ter havido inovação no processo produtivo, não se refletiu no âmbito das relações trabalhistas. Ao contrário, esse modelo agrário-agrícola se caracterizou pelo caráter excludente e concentrador de terras e riquezas (SIMONETTI, 2009). Essa expansão imposta pelo grande capital é expressa na apropriação de novas terras ao processo produtivo baseado na grande propriedade e na monocultura de exportação, que, por seu caráter especulativo, ocorre muitas vezes de modo violento, como no caso de apropriação de terras até então em propriedade de posseiros. Esse processo é marcado pela expulsão desses posseiros sem terra, por grileiros de terras e seus capangas, gerando um número crescente de famílias, expropriadas, migrantes rurais se deslocando ou para as favelas das cidades, ou para novas ocupações na fronteira para as favelas nas cidades, aldeias e economias de pequenos produtores destruídas. Nesse cenário, enorme contingente de camponeses foram expropriados, expulsos das terras e ou assassinados e suas terras tomadas por pastagens ou por vastas plantações de soja que produzem para exportação.

Segundo Medeiros (2014),

[...] a dinâmica da expansão da agropecuária brasileira, cerne do agro-negócio, se faz num movimento complexo que tem, de um lado, as terras em produção com altos índices de produtividade. De outro, terras que estão sendo adquiridas visando à valorização futura, quer de produtores em crise que vendem sua propriedade para comprar terras mais baratas adiante, quer terras de pecuária, já desflorestadas, “limpas” e prontas para a reconversão produtiva ou mesmo terras ainda cobertas por matas. Esse movimento tem como um elemento de sua dinâmica a busca de novas áreas para serem incorporadas, mas que não necessariamente são colocadas de imediato em produção. Daí deriva a pressão sobre áreas de florestas, a luta por um afrouxamento nas regras de desmatamento, como mostraram os debates em torno do Código Florestal e a disputa que se trava hoje no Congresso em torno do poder de delimitação de terras indígenas (MEDEIROS, 2014).

---

<sup>7</sup> Usamos a expressão contra-reforma agrária de acordo com Oliveira (2013) que a utiliza em *Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula*. In: *Dinâmica de los Espacios Rurales y Sustentabilidad: Articulaciones del espacio rural*. 2013.

Diante desse quadro, observa-se que o agronegócio se insere em um processo mais amplo de submissão de sua agricultura à lógica internacional do capital, cujas contradições se expressam com a emergência de uma agenda de conflitos atrelada à incorporação de terras à produção agrícola orientada ao mercado externo, que resulta na violência explícita aos posseiros, camponeses e indígenas.

Além disso, a política agrícola da Revolução Verde levou à centralização do poder, sujeitando os agricultores ao discurso do desenvolvimento, impondo-se um pacote tecnológico que degrada os sistemas ecológicos, submete os agricultores a uma condição dependente, aniquila o patrimônio genético, desestrutura padrões culturalmente específicos de relações sociais, substituindo-os por esquemas de poder estatal centralizado e pela uniformidade e instabilidade das relações do mercado global capitalista. Ademais, o processo de patenteamento de sementes por grandes empresas usurpa populações camponesas de um patrimônio genético socialmente construído ao longo de séculos, privatizando a vida e submetendo-a ao jogo voraz do lucro capitalista. Esse processo de mercantilização do processo produtivo amplia e acirra os conflitos no campo.

### **CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO (1985-2014)**

Entre 1985 a 2014, a CPT registrou em diferentes regiões do Brasil 29.476 conflitos no campo (por terra, água, e questões trabalhistas) como pode ser verificado no gráfico 1. Olhando os conflitos ao longo das três últimas décadas, notamos a sua triste permanência, embora entremeadada por variações ao longo dos anos. Há uma redução nos anos que se seguem à Constituição de 1988 e durante o governo do Fernando Collor de Mello que criminalizou os movimentos sociais. Inicia-se um progressivo aumento a partir dos anos 1990, seguido de nova redução ao final da década, para outro período de intensificação no início do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante o período do segundo governo do Fernando Henrique Cardoso, medidas de intimidação levaram ao refluxo dos movimentos e ações no campo. Em 2005, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, verifica-se o maior índice de conflitos dos últimos 30 anos, com 1.881 conflitos no campo.

Os dados do Gráfico 1 revelam que, entre 2003 a 2014, se mantém o caráter conflituoso no campo brasileiro, que, embora administrado pelos governos do PT, mantém o mesmo padrão relativo à desigualdade na distribuição da terra e no incentivo ao agronegócio em detrimento dos trabalhadores, camponeses e indígenas. Nos três últimos governos do PT ocorreram 17.386, ou 58,98% dos 29.476 conflitos no campo dos últimos 30 anos.

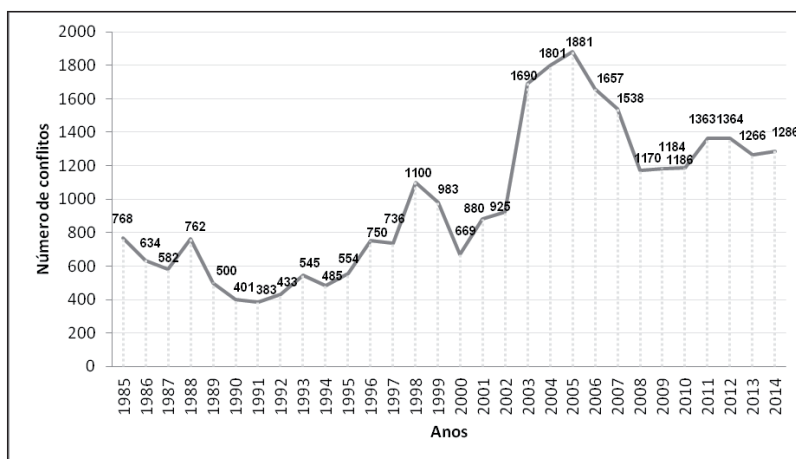


Gráfico 1. Número de conflitos por ano (1985-2014)

Fonte CPT: 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Segundo dados da CPT, a região Nordeste foi a que mais registrou conflitos entre as regiões geográficas. De 1985 a 2014, ela foi palco de 10.488 conflitos, o que representou aproximadamente 36% do total absoluto. A região Norte, alcançou a marca de 7.770 conflitos ou cerca de 27% do total. O Centro-Oeste e o Sudeste representaram, respectivamente, em torno de 13% e 15% dos conflitos no Brasil. A menor incidência foi registrada na região Sul, com 2.505 conflitos ou 9% aproximadamente do total. O fato de o Nordeste ter sobressaído entre as demais regiões pode estar associado à intensidade dos conflitos por água em tempos de seca no local (CPT, 2014).

No contexto dos conflitos no país, é importante considerar o papel dos diferentes movimentos sociais e sindicais e, principalmente as ações

no tempo e lugar dos acontecimentos. Nessas três décadas, verificamos de um lado a expansão do latifúndio e do agronegócio e com ele a concentração fundiária; o uso de tecnologia com insumos nocivos ao meio ambiente; a devastação da floresta; e a violência contra os trabalhadores, grupos e etnias; de outro a resistência dos sujeitos na luta através das ocupações de terras, principal instrumento para a conquista de terras, e a organização dos movimentos sociais tais como o Movimento dos Atingidos pela Construção de Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o movimento pela demarcação das terras quilombolas, o movimento de oposições sindicais rurais (autodenominado “sindicalismo combativo”) entre tantos outros movimentos, além de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

No que se refere aos assassinatos, no gráfico 2 verificamos que esses são uma constante entre 1985 a 2014, embora tenham se reduzido sensivelmente ao longo das três décadas. Em 1985, foram identificados 139 casos, número que vai progressivamente caindo, sendo que o ano com menor número de ocorrências (2000) acusa 21 mortes. O período entre 2003 a 2014 soma um total de 440 sujeitos assassinados devido aos conflitos no campo brasileiro.

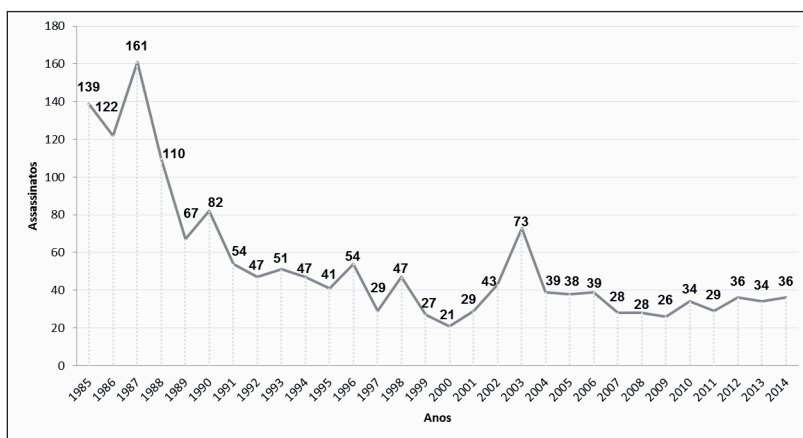


Gráfico 2. Número de assassinatos por ano (1985-2014)

Fonte: CPT 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Entre 2003 a 2014, de acordo com os dados da tabela 1, a CPT registrou em diferentes regiões do Brasil 17.272 conflitos no campo por terra, água, e questões trabalhistas. Nos últimos 12 anos, depois do pico de 2005 que apresentou 777 ocorrências de conflitos de terra, verifica-se uma estabilização do número de conflitos por terra e da violência: os casos variaram entre um máximo de 816 ocorrências de conflitos de terra em 2012 e um mínimo de 459 em 2008, voltando a subir de 2010 em diante, alcançando o patamar inicial da década considerada em 2014. Nota-se uma redução do número de pessoas envolvidas em conflitos fundiários, se considerarmos a diferença entre 2003 e 2014.

No entanto, há que se registrar um substancial aumento em 2014 em relação aos anos imediatamente anteriores. O número de assassinatos manteve-se relativamente estável, conforme os dados referentes aos conflitos de terra: de 71 em 2003, atinge seu ponto mais baixo em 2007 e 2009, pontos de inflexão para um novo aumento progressivo que redundará em 36 casos em 2014. A grande novidade é a progressiva redução de ocupações e acampamentos. Essas ações que se tornaram a marca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais movimentos sociais dos sem terra nos anos 80 e 90, tiveram uma diminuição de acampamentos que passaram de 90, em 2005, para apenas 20, em 2014.

A progressiva redução das ocupações indica que o MST diminuiu o uso dessa estratégia em sua luta pela terra. Provavelmente a redução das desapropriações pode estar vinculada às políticas de garantia de renda, como a consolidação do Programa Bolsa Família e a progressiva valorização do salário mínimo. Outra possibilidade se deve ao fato de que as organizações dos trabalhadores foram perdendo sua capacidade de mobilizar para as formas de luta que foram eficazes ao longo das duas décadas anteriores.

Tabela 1. Conflitos no campo brasileiro 2003-2014.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Conflitos de Terra</b>												
Ocorrências de Conflito	659	752	777	761	615	459	528	638	805	816	763	793
Ocupações/Reomadas	391	496	437	384	364	252	290	180	200	238	230	205
Acampamentos	285	150	90	67	48	40	36	35	30	13	14	20
<b>Total Conf. Terra</b>	<b>1.335</b>	<b>1.398</b>	<b>304</b>	<b>1.212</b>	<b>1.027</b>	<b>751</b>	<b>854</b>	<b>853</b>	<b>1.035</b>	<b>1.067</b>	<b>1.007</b>	<b>1.018</b>
Assassinatos	71	37	38	35	25	27	25	30	29	34	29	36
Pessoas Envolvidas	1.227.205	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240
Hectares	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241
<b>Conflitos Trabalhistas</b>												
Trabalho Escravo	238	236	276	262	265	280	240	204	230	168	141	131
Assassinatos		2		3	1	1		1			1	
Pessoas Envolvidas	8.385	6.075	7.707	6.930	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493
Superexploração	97	107	178	136	151	93	45	38	30	14	13	10
Assassinatos	2			1				1			2	
Pessoas Envolvidas	6.983	4.202	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294
<b>Tota Conf. Trabalhistas</b>	<b>335</b>	<b>343</b>	<b>454</b>	<b>398</b>	<b>416</b>	<b>373</b>	<b>285</b>	<b>242</b>	<b>260</b>	<b>182</b>	<b>154</b>	<b>141</b>
<b>Conflitos pela Água</b>												
Nº de Conflitos	20	60	71	45	87	46	45	87	68	79	93	127
Assassinatos					2		1	2		2	2	
Pessoas Envolvidas	48.005	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075
<b>Outros *</b>												
Nº de Conflitos			52	2	8			4		36	12	
Assassinatos												
Pessoas Envolvidas			43.525	250	3.660			4.450		26.005	1.350	
<b>Total</b>												
Nº de Conflitos	<b>1.690</b>	<b>1.801</b>	<b>1.881</b>	<b>1.657</b>	<b>1.538</b>	<b>1.170</b>	<b>1.184</b>	<b>1.186</b>	<b>1.363</b>	<b>1.364</b>	<b>1.266</b>	<b>1.286</b>
Assassinatos	73	39	38	39	28	28	26	34	29	36	34	36
Pessoas Envolvidas	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102
Hectares	3.813.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241

Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo.

Fonte: CPT 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Os conflitos no campo brasileiro por terra, água e por questões trabalhistas atingiram famílias e comunidades que tiveram suas terras, casas e benfeitorias alagadas pelas barragens das hidrelétricas ou que são impedidas de ter o livre acesso às fontes, ou que tem sua água contaminada pelos agrotóxicos das grandes monoculturas ou pelos resíduos da mineração. A CPT passou a registrar os conflitos por água desde 1999, a partir dessa data esses conflitos foram aumentando ao longo dos anos.

Os Conflitos pela Água, como a CPT os entende, são ações de resistência, em geral coletivas, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores etc. Esses dados não ilustram apenas o presente, mas, sobretudo, o futuro que desenhamos para as gerações que irão nos suceder. Em 2014, se registrou o maior número de conflitos pela água, desde o ano de 2003. Foram 127 conflitos (CPT, 2010).

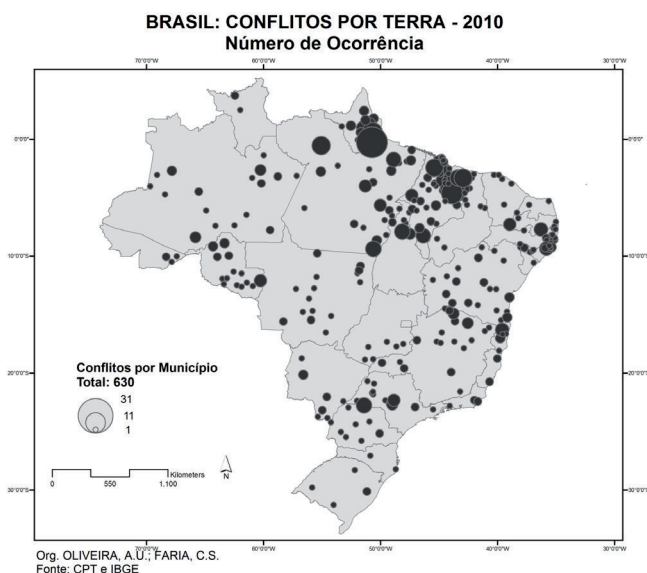
Ao lado dos conflitos pela água avolumam-se os conflitos envolvendo a mineração. São povoados, assentamentos, comunidades, povos tradicionais e povos originários que tiveram seus lugares alcançados pelos interesses do capital nesse setor (CPT, 2010). Os conflitos são desencadeados pelo aparato privado ou pelas instituições do Estado e praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras. São assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, ferimentos e prisões. Violência essa entendida através de qualquer forma de constrangimento e destruição física ou moral, exercidos sobre o campesinato e seus aliados.

As políticas dos três governos do Partido dos Trabalhadores (2003 – 2014) para o meio rural deram continuidade ao padrão de ocupação do campo que tem privilegiado o complexo agroindustrial. A abertura do mercado chinês, em meados dos anos 90, explica parte do avanço sobre as terras, florestas, e áreas de indígenas e quilombolas, para criação da pecuária e para as monoculturas de soja, cana-de-açúcar, álcool (etanol), para os complexos milho/frango/porco, ferro-gusa/carvão vegetal e celulose, com seus latifúndios monocultores para exportação. Tudo isso associado, muitas vezes, ao tripé financiamento público/desmatamento/trabalho escravo.

O avanço do cultivo da cana-de-açúcar em Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e sua ampliação em São Paulo, sobretudo na ocupação das áreas de pastagens e florestas, resultou em enormes áreas com problemas ambientais. Isso devido à pressão da plantação de cana-de-açú-

car em áreas anteriormente destinadas as pastagens de gado, que por sua vez deslocou a produção da soja para áreas de cerrado e floresta, seja no Maranhão, Mato Grosso, Pará, no Piauí, no Tocantins, oeste baiano e as pastagens para a floresta amazônica.

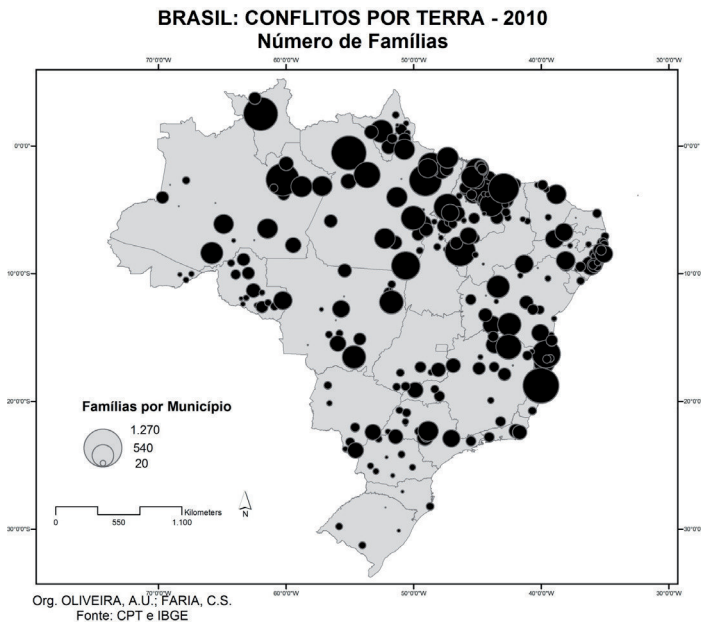
Esse deslocamento das áreas de pastagens, devido à pressão da produção de cana-de-açúcar e soja, nas áreas anteriormente ocupadas por ela pode ser verificado no mapa 1. Nele aparecem os municípios com Conflitos por Terra no ano de 2010 e é possível verificar a presença das ocorrências de conflitos pela terra em todos os estados da federação. Porém, a maior concentração dos conflitos aparece no norte do país, sobretudo nos estados de Roraima e Pará. No Nordeste, com maior incidência nos estados do Maranhão, Ceará e Bahia. Há uma forte incidência dos conflitos no Sudeste com destaque para o norte de Minas Gerais e na região sudoeste do estado de São Paulo. No Sul, a maior incidência de conflitos ocorreu nos municípios do Paraná. No centro-oeste, se destacam os municípios de Rondônia e Mato Grosso. Nessas áreas se expandiu as fazendas produtoras de soja ou a produção de gado levando o conflito para as populações camponesas e ou indígenas locais. No total, 630 municípios apresentaram algum conflito por terra no país (CPT, 2010).



Mapa 1. Número de ocorrência de conflitos por terra no Brasil no ano de 2010



No mapa 2 é possível verificar a localização das famílias nos municípios que registraram Conflitos por Terra em 2010. Onde existe a maior concentração de famílias envolvidas com algum tipo de conflitos por terra confirma o mapa anterior com a localização dos municípios com conflitos. A maior concentração territorial pela ordem se localiza nos estados do Maranhão, Pará, Bahia e Amazonas. Quanto à distribuição regional dos conflitos, o mapa 2 e os dados compilados pela CPT informam que, a região Nordeste contou com o maior número de famílias envolvidas com conflitos pela terra, ou 44% (21.923) . A região Norte ficou com 36% (18.026), o Sudeste com 11,3% (5.638), o Centro-Oeste com 7,2% (3.597) e o Sul com 1,5% (766). Nesse caso, também quando se adota o critério da região da Amazônia Legal verifica-se que 66,8%, ou seja, 33.357 famílias em luta concentravam-se nessa região. Também nesse caso a somatória dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins concentraram 45,5%, ou seja, 22.753 famílias. No total, em 2010, 559.401 pessoas estiveram envolvidas em 1.186 conflitos seja trabalhista, por terra, pela água (CPT, 2010).



Mapa 2. Número de famílias envolvidas em conflitos por terra no Brasil no ano de 2010 e sua distribuição geográfica.

A distribuição territorial dos sujeitos sociais em luta pela terra está representada no mapa 3, considerando também a representação do número de famílias envolvidas em conflitos de terra. Essa distribuição territorial no ano de 2010 mostra a segmentação dos sujeitos sociais envolvidos em conflitos, segundo os diferentes estados brasileiros. Os conflitos envolvendo a luta pela terra dos posseiros estão localizados nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão e Bahia, mas, estão também, presentes nos conflitos em Minas Gerais, Rondônia, Pernambuco e Paraíba. Entre os 638 conflitos de terra existentes em 2010, um total de 235 (36,8%) deles envolveram camponeses posseiros em suas diferentes denominações regionais: posseiros, ribeirinhos, fecho e fundo de pastos, seringueiros, castanheiros, vazanteiros, geraizeiros e pescadores.

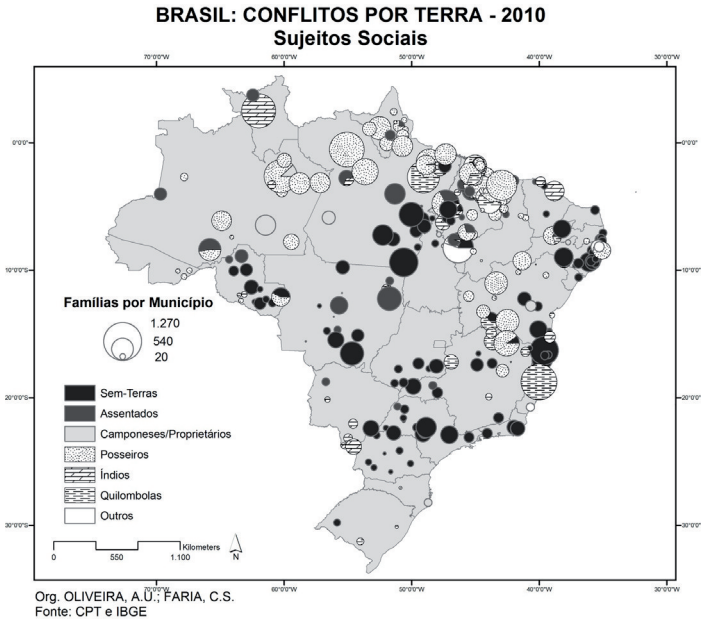
Em segundo lugar, apareceram os conflitos envolvendo os Sem-Terra com 185 conflitos (29%), e, a seguir, vieram os assentados com 65 casos (10,2%). Os camponeses Sem-Terra aparecem nos conflitos nos estados de Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Goiás, Tocantins e Rondônia. Aparecem também, parcialmente, nos conflitos dos estados do Pará e Minas Gerais.

Em terceiro lugar aparecem os quilombolas com 79 conflitos (12,4%) e os indígenas com 33 (5,2%). Esses representam a luta pelo território. Ou seja, duas dimensões diferentes têm os conflitos no campo em 2010: a luta pela terra dos camponeses e a luta pelo território dos quilombolas e indígenas.

Os povos indígenas se destacaram nos conflitos pelo território nos estados de Roraima, Mato Grosso do Sul e Ceará. Os quilombolas já apareceram mais nos conflitos nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Maranhão. Portanto, foi essa diversidade social e territorial que marcou os conflitos de terra no ano de 2010 e segue com destaque até 2014 (CPT, 2010).

Os dados da CPT destacam o crescimento da luta dos posseiros, particularmente na Amazônia Legal, e a queda na participação dos Sem-Terra. Assim, a luta pela terra e pelo território no Brasil, no último ano do segundo governo Lula revela o caráter contraditório da disputa pelas terras públicas na Amazônia brasileira, e da violência que vem junto

com ela. Esse desenho do mapa dos conflitos no campo da continuidade aos conflitos desde 1985 e avança no governo Dilma (2011 a 2014). Aos camponeses, quilombolas e indígenas não restará alternativa a não ser a luta pela terra.



Mapa 3. Sujeitos sociais envolvidos em conflitos de terra no Brasil no ano de 2010.

A análise dos conflitos no campo entre 2003 a 2014, nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores mostra, em primeiro lugar, que os conflitos permanecem e se atualizam no campo brasileiro. O ano de 2010 marcou o final dos governos dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva. Mandatos com características diferentes no que se refere à luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso a terra no país.

O primeiro mandato foi repleto de esperança na realização da reforma agrária. Esperança que foi desaparecendo com o não cumprimento das metas de assentamento de novas famílias e pela divulgação enganosa dos números das Relações de Beneficiários (RBs) emitidas, que somavam assentamentos novos com regularização fundiária; reconhecimento de assentamentos antigos; reassentamentos de atingidos por barragens etc. Era

a não reforma agrária e a política de reforma agrária do governo do PT no primeiro mandato foi marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela pudesse “ajudar” o agronegócio (Oliveira, 2010).

No segundo mandato, o governo de Luiz Inácio deu início à contra-reforma agrária<sup>08</sup> associada ao incentivo e à expansão do agronegócio no Brasil. O II Plano Nacional de Reforma Agrária terminou em 2006, e o governo do PT implantou apenas 149.490 assentamentos novos, ficando a diferença (231.929) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários. Ou seja, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) cumpriu apenas 37% da Meta 1 dos assentamentos novos deixando de assentar 250.510 famílias. Até 2009 o governo do PT assentou de fato aproximadamente 197 mil famílias, embora o INCRA declarasse que assentou 573 mil famílias.

O segundo mandato transcorreu sem que fosse elaborado o III Plano Nacional de Reforma Agrária como manda a legislação em vigor, e, em contraposição, implantou a política de contra-reforma agrária para a expansão do agronegócio. Os 67.823.810 hectares do INCRA sem destinação na Amazônia Legal, terras públicas que estão registradas em cartórios de registro de imóveis em nome do órgão e ocupadas ilegalmente pelo agronegócio, transformaram-se em objeto da ação política de segmentos dos funcionários do INCRA, que mudaram os rumos da política agrária no segundo mandato. (OLIVEIRA, 2010)

Para Oliveira (2010) as Medidas Provisórias 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) e depois a 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009) que englobou os princípios da anterior, ampliaram as possibilidades de regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal. Como consequência, ao invés do INCRA fazer o terceiro plano de reforma agrária, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Programa Terra Legal para regularizar as terras públicas do INCRA, griladas pelo agronegócio. Assim, a contra-reforma agrária foi a marca principal do segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, a política de “legalização” da grilagem das terras públicas e/ou devolutas na Amazônia Legal.

Em decorrência dessa política, os conflitos por terra aumentaram, particularmente na Amazônia Legal, e com eles os posseiros foram, em 2010, os principais protagonistas da luta pela terra no país. Basta verificar o aumento das áreas de conflito no Norte, nos estados do Pará e Maranhão, nos mapas 1, 2 e 3. Os dados da CPT situam o estado do Pará como um dos mais violentos do Brasil. Os dados da CPT indicam que é neste estado que em 2010 ocorreu a maioria das pessoas agredidas em conflito de terra, dos ameaçados de prisão, dos torturados, das prisões em decorrência dos conflitos de terra, das ameaças de morte e também das tentativas de assassinatos no campo. Além disso, nesse estado ocorreram 40% dos assassinatos no campo em 2010.

Trata-se de uma região onde grileiros atuam contra posseiros sem terra, indígenas e demais camponeses para se apropriar de suas terras. Onde, em nível municipal, quem ocupa o poder de Estado são exatamente aqueles que agem contra da lei, ou seja, grileiros, madeireiros e pecuaristas, que formam a elite agrária local e disseminam a violência na Amazônia em geral, e no Pará em particular.

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010), que vem mostrando incansavelmente como o processo de violência está vinculado a estratégia de apropriação das terras na região da Amazônia, isso se deve à elevada quantidade das terras devolutas na região. Para Oliveira (2010), no Brasil, a área total é de 851.487.659,9 hectares, deste total, em 2003, por ocasião da elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, 436.596.394 hectares eram dos imóveis cadastrados no INCRA. As áreas indígenas ocupavam 128.465.775 hectares e as unidades de conservação ambiental 102.059.583 hectares. O INCRA tinha arrecadado um total de 105.803.350 hectares de terras para seus programas e as demais instituições públicas retinham outros 4.197.888 hectares de terras. Feita a totalização verificou-se que o país tinha ainda um total de 172.946.484 hectares de terras devolutas distribuídas por todas as unidades da federação. Este número foi possível de encontrar, pois entre as terras cadastradas no INCRA, uma parte são médias e grandes posses que foram separadas das pequenas posses e das áreas efetivamente titulada. A região da Amazônia ficou, em termos totais, com 508.866.844 hectares, enquanto que a área cadastrada do INCRA representa apenas 180.745.229 hectares. As áre-

as indígenas por sua vez, ficam com 128.109.356 hectares e as unidades de conservação com 80.091.105 hectares. As terras públicas retidas pelas instituições alcançaram 3.541.237 hectares e as arrecadadas pelo INCRA à totalidade anterior, ou seja, 105.803.350 hectares. As terras devolutas somavam 96.043.781 hectares. Assim, a região amazônica detém a maior quantidade de terras públicas e devolutas do país o que explica o seu nível de conflitualidade em torno da disputa pela terra. (OLIVEIRA, 2013).

Os dados da CPT (2013 a 2014) indicam que houve queda nas ocupações de terra, (391 em 2003 e 205 em 2014) e a queda do número de novos acampamentos, (285 em 2003 e 20 em 2014). Isso se deve devido a mudança na ação política, particularmente do MST, que desde seu quinto Congresso, em 2005, vem sistematicamente adotando novas formas de ação que demandam a luta contra o capital, vista como mais importante que a luta pela terra. Como consequência, a redução nas ocupações de terra que depois do seu ápice em 2004, com mais de 76 mil famílias, ficaram em 2006, em 46 mil famílias mobilizadas, em 2007 foram 37 mil, em 2008 pouco mais de 25 mil, em 2009 um pouco mais de 27 mil famílias, e, em 2010 apenas 16,8 mil famílias. Igualmente, o número de famílias novas que foram para os novos acampamentos também despencou: em 2003, eram 59 mil, enquanto que em 2006, foram um pouco mais de 10 mil, em 2008, 2009 e 2010 foram respectivamente apenas 2.755 famílias, 3.869 famílias, e, 3.579 famílias novas acampadas (Oliveira, 2010).

As explicações foram várias, desde a aceitação da tese da não necessidade histórica da reforma agrária, inclusive no seio de parte dos movimentos socioterritoriais e sindicais, até a análise conjuntural de que “vivia-se um período de descenso das lutas de massa”. Assim, essa nova posição política do MST, de parte da Via Campesina e do setor sindical rural, trouxe como consequência, a redução das ações voltadas para a luta pela terra, e, pela primeira vez, depois de quase 30 anos, da perda do protagonismo político nacional dessa luta pelos Sem-Terra.

Diante dos dados relativos à Geografia dos conflitos no campo, o desafio hoje, portanto, é repensar a questão (da reforma) agrária de forma a incorporar toda a diversidade de protagonistas na construção da justiça e da democracia no campo brasileiro, e que são ao mesmo tempo as princi-

pais vítimas da violência perpetrada pelo Estado e o capital, no âmbito dos crescentes processos de expropriação em curso na atualidade.

Enquanto o governo vê nesse modelo agrário/ agrícola fonte de divisas e lhe dá uma política que estrutura o agronegócio, oferece aos expropriados e espoliados do campo (e da cidade) um conjunto de programas compensatórios, cujo principal êxito seja a imobilização social que produz, haja vista a decrescente capacidade de convocação para a luta por parte dos movimentos sociais. Nunca se ocupou e se acampou tão pouco no país e, por outro lado, o poder privado avança, expulsando e levando o pânico às famílias.

Compreender essa nova configuração da questão agrária, resultante da expansão desenfreada do agronegócio e suas variantes (o hidronegócio, a mineração, a exploração madeireira), que acelera os processos de expropriação e espoliação no campo brasileiro, é o desafio que se coloca para os que continuam acreditando na reforma agrária como parte fundamental da construção da democracia econômica, social, ambiental e cultural no Brasil.

Em síntese, as políticas vinculadas a Reforma Agrária (PNRA) nos governos do PT, se nivelam às políticas de reforma agrária desde 1985. Estas se transformaram em medida de atenuação de conflitos sociais, se distanciando cada vez mais de qualquer projeto de construção da democracia econômica, social, ambiental e cultural no Brasil. Entre 2003 a 2014 os governos optaram por uma reforma agrária conservadora ou convencional de um lado, e de outro, o apoio ao latifúndio e aos amplos setores do empresariado rural ligados à pecuária e a produção de grãos para a exportação (agronegócio). Esse apoio ao agronegócio manteve a reforma agrária como uma questão isolada e setorial, impedindo a desconcentração fundiária e a democratização da terra (e das relações de poder) no campo brasileiro. Dessa forma, passados 12 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores, não houve avanço no sentido de mexer na estrutura de poder dos latifundiários, produtores de conflitos e desigualdade no país.

## REFERÊNCIAS

BRASIL - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. *Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1995/1996*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>.

BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília: MDA, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cadastro Rural - Estatísticas Cadastrais, 1992, 1998, 2006*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília: MDA, 2003. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *Governo Federal assenta 381 mil famílias em 4 anos*. MDA. Brasília, 2007. <<http://www.incra.gov.br/htmls/impresao.php?ctuid=5560>>. Acesso em 23/10/2012.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política agrária e violência no campo. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, Maria Luiza (org.). In: *Direitos Humanos no Brasil 2005: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Global Exchange, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo – Brasil*. Goiânia: CPT Nacional. CPT 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil 2014*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

DELGADO, G. C. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo M. *O MST e as Reformas Agrárias no Brasil*. Presidente Prudente: Boletim DATALUTA 2008. ISSN 2177-4463. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera>>.

MARTINS, J. de S. *Representing the peasantry? Struggles for/about land in Brazil*. In: BRASS, T. *Latin American Studies*. Londres: Frank Cass Publisher.

MCMICHAEL, P. Rethinking globalization; the agrarian question revisited. *Review of International Political Economy*. Londres: Routledge, 1997, p. 630-662.

MEDEIROS, L.A. polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária. *Carta Maior*. 06 de fev. 2010. Disponível em: <<http://cartamaior>>.



com.br/?/Coluna/A-polemica-sobre-a-Atualizacao-dos-indices-de-Produtividade-da-agropecuaria/19704>. Acesso em: 14 jul. 2015.

OLIVEIRA, A. U. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. *XIII EGAL - Encontro de Geógrafos da América Latina*. Costa Rica, 2011. Disponível em: <[http://www.egal2011.geo.una.ac.cr/index.php?option=com\\_remository&Itemid=180&func=startdown&id=514](http://www.egal2011.geo.una.ac.cr/index.php?option=com_remository&Itemid=180&func=startdown&id=514)>.

\_\_\_\_\_. Os agrocombustíveis e a produção de alimento. In: SIMONETTI, M. C. *A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. *A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula*. Porto Alegre: Mimeo, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (Org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso-Osal, 2003. p.261-277.

\_\_\_\_\_. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. *Conflito no Campo*. Brasil 2013.CPT Nacional, 2013. Disponível em: <[http://issuu.com/canoadocs/docs/conflitos\\_\\_no\\_campo\\_\\_\\_\\_brasil\\_2013](http://issuu.com/canoadocs/docs/conflitos__no_campo____brasil_2013)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

PORTO GONÇALVES, C. W. ; ALENTEJANO, P. R. R. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. *Conflitos no campo no Brasil*. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia/GO. 2010.

\_\_\_\_\_. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In: *COMISSÃO PASTORAL DA TERRA [CPT]*. Caderno conflitos no campo: Brasil –2003. Goiânia: CPT; 2004.

PUBLIC CITIZEN. *Peasants, family farmers, fisherfolk and their supporters propose People’s Food Sovereignty as alternative to US/EU and G20 positions*. 2003. Disponível em: <<http://www.citizen.org/documents/wtofood.pdf>>. Acesso em: 20 mar.2015.

RAMOS, T. T. *A geografia dos conflictos sociais da América Latina e Caribe*. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

SASSEN, S. *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Cambridge: Harvard College, 2014.

SIMONETTI, M.C.L. A Geografia dos conflitos Fundiários no campo brasileiro: os dados do governo Lula. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais* (UNESP, Araraquara. Impresso), 36, 2009, p. 40-55.

\_\_\_\_\_. Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010. In: CORSI, F. L. (et al.). *Economia e Sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.